

Geopolítica das mudanças climáticas

WAGNER COSTA RIBEIRO

A PESAR das preocupações relevantes em torno das mudanças climáticas globais, expressas em editoriais e reportagens desta Folha, é preciso analisar com mais precisão as suas consequências. Não restam mais dúvidas, no meio científico, de que a dinâmica dos processos naturais será alterada pelas mudanças climáticas globais, afetando os lugares de maneira diferenciada.

Os países pobres sofrerão mais, principalmente porque as condições de vida de suas populações estão bem aquém das condições dos países ricos.

As projeções são dramáticas. Algumas indicam mudanças no regime de chuvas, intensificando-o em algumas áreas e diminuindo a sua intensidade em outras. Isso agravará os problemas sociais resultantes de enchentes e de períodos de longa estiagem —estão previstas perdas humanas e materiais, no primeiro caso, e migração em busca de água, no segundo caso.

Mas há um outro princípio que está sendo tratado no cenário de negociações envolvendo as mudanças climáticas globais. Trata-se da segurança ambiental internacional —tema recente no estudo das relações internacionais envolvendo o ambiente—, que consiste em assumir que as condições naturais que permitem a ocorrência da vida humana no planeta estão em risco.

Significa dizer que, apesar de as mudanças climáticas afetarem mais as populações de países pobres, elas também levarão problemas às populações de países ricos no futuro. Por mais que se projetem consequências desiguais entre os países, a grande pergunta é: até quando os países ricos suportarão a pressão

que vão sofrer as populações dos países pobres? Sabe-se, cada vez com mais certeza, que o estilo de vida das populações ricas agrava as mudanças climáticas. E esse é um grande argumento a favor dos países pobres.

Enquanto esses princípios estiverem em discussão nas conferências das partes da Convenção de Mudanças Climáticas, restará a expectativa de auferir bons resultados para os países pobres, apesar da disposição dos EUA em não ratificar o Protocolo de Kyoto.

Países ricos poderiam, por exemplo, investir no reflorestamento de países pobres em troca de continuar a emitir gases

A elaboração de normas que regulem a ação de países com relação às causas das mudanças climáticas globais é resultado de longos debates, que estão longe de serem encerrados. A decisão daquele país pode ser revertida com a pressão internacional de outras lideranças da comunidade internacional, embora tenhamos de admitir que não houve mudança na posição do maior poluidor do planeta desde 1992 em relação a esse tema e em relação à Convenção sobre Diversidade Biológica, que também não foi ratificada pelo seu Congresso.

Em vez de lamentar a posição isolacionista dos EUA, algo que não é novo no debate sobre as relações internacionais, devemos estar atentos às novas

oportunidades comerciais que começam a se desenhar para os países pobres —oportunidades até estranhas, como o direito de poluir em troca da compra de certificados de retenção de carbono.

Há a previsão, nesse caso, de que um país rico poderia investir, por exemplo, no reflorestamento de um país pobre em troca da continuidade de emissão de gases que afetam o efeito estufa. Enquanto eles emitem os gases estufa, nós nos responsabilizaremos por capturá-los. Não é a melhor saída e certamente é muito polêmica, mas se trata de uma proposta real em discussão e com experiências em curso até mesmo no Brasil.

Os países ricos, além disso, não atuam como um bloco hegemônico. Existem diferenças entre as posições do Japão, dos EUA e da União Européia, para citar alguns casos. A chance de aproveitar isso e de organizar um bloco mais coeso entre os países pobres seria uma alternativa que ainda não vimos nos foros internacionais sobre o ambiente.

Muitas ONGs de países ricos estão sensibilizadas com o tema e pressionam os seus governos para que as posições sejam revistas. Elas são importantes na ordem ambiental internacional, pois sensibilizam a opinião pública para temas que afetam carreiras políticas pelo mundo afora. Se as projeções preocupam, ainda mais quando avalizadas por renomados cientistas, a política ainda não morreu. É por ela que as soluções serão construídas, renovando a história, que está longe de seu fim e não pode ser vista de maneira catastrofista.

Wagner Costa Ribeiro, 38, geógrafo, é professor do Departamento de Geografia da USP e autor de "Relações Internacionais: Cenários para o Século 21".